

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOÃO CARLOS ESMANIOTTO

A PRÁTICA AMBIENTAL NA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO PARANÁ – ASPP- LITORAL

MATINHOS
2015

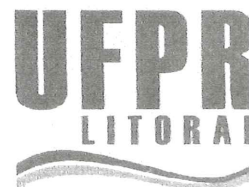
JOÃO CARLOS ESMANIOTTO

A PRÁTICA AMBIENTAL NA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO PARANÁ – ASPP- LITORAL

Relatório de Projeto de Intervenção apresentado ao programa de Pós Graduação em Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis da UFPR - Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Ambiental.

Professor Ms. Orientador: Marcos Gernet.

MATINHOS
2015



PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Orientador, Professor Mestre **MARCOS DE VASCONCELLOS GERNET**, realizaram em 27/06/2015 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **JOÃO CARLOS ESMANIOTTO**, sob o título "*A PRÁTICA AMBIENTAL NA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ - ASPP - LITORAL.*", para obtenção do Título de *Especialista em Educação Ambiental com ênfase em espaços Educadores Sustentáveis* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido conceito "APL".

Matinhos, 27 de junho de 2015.

Prof. MSc. **MARCOS DE VASCONCELLOS GERNET**

Prof.ª Dra. **LENIR MARISTELA SILVA**

JOÃO CARLOS ESMANIOTTO
Estudante

Conceitos de aprovação

APL = Aprendizagem Plena
AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação

APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
AI = Aprendizagem Insuficiente

AGRADECIMENTOS

A Deus por me prover de tudo.

Aos meus pais João Vitor e Valdevina.

À direção da ASPP, nas pessoas dos Srs. Oscar Antonio Klos e Antonio Bento de Aquino, por toda ajuda dispensada para a construção deste trabalho acadêmico.

A todos os funcionários da ASPP litoral pela colaboração a este trabalho.

Ao meu orientador, Professor Ms. Marcos Gernet, pela paciência e valiosas contribuições a este trabalho.

SUMÁRIO

Introdução.....	5
Objetivos.....	11
Metodologia.....	12
Resultados e discussões.....	17
Considerações finais.....	37
Referências.....	44
Anexos.....	46

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a preocupação com o meio ambiente, nas últimas décadas, tomou grandes dimensões. Muitas dessas preocupações se devem em razão dos seres humanos perceberem que o planeta está chegando ao limite na oferta de seus recursos e também na constatação da crescente mudança nos padrões climáticos (locais, regionais e globais) que afetam a vida e as atividades humanas.

Muito do que se discute atualmente no âmbito político, científico e educativo a respeito das condições ambientais no planeta teve início a partir do alerta que especialistas e movimentos sociais organizados expuseram sobre a pressão que o sistema econômico hegemônico (modo de produção capitalista) estava exercendo sobre os recursos naturais ao redor do planeta. Provocando grandes desequilíbrios, degradações e depredações em diversos ecossistemas terrestres e aquáticos a pretexto do desenvolvimento. A intervenção humana no meio natural gerou duas grandes vertentes de como a sociedade pode “planejar a natureza” como destaca Oseki e Pellegrino:

A primeira é a do desenvolvimentismo, em que o primado da razão técnica vem preconizando, a partir do iluminismo até a sociedade moderna, o domínio crescente do homem sobre a natureza que então se resume à condição de matéria-prima sobre a qual se baseia toda a produção e o desenvolvimento social. A segunda, o conservacionismo, se explicitou mais recentemente, mas tem a sua origem também no século XVIII (em Malthus) e constata a finitude da natureza, isto é, que o crescimento da reprodução humana em sociedade é maior do que a reposição necessária dos recursos naturais, o que obriga a humanidade a um crescimento regulado e/ou à conservação de sua base natural. (2004, p. 485)

A problemática ambiental e seus desdobramentos socioeconômicos só começaram ganhar maior visibilidade após a Segunda Guerra Mundial, a partir do conceito de desenvolvimento sustentável e da utilização da educação como veículo de conscientização em massa para as questões voltadas a destruição e poluição da natureza e suas virtuais consequências para a humanidade, como enfatizado pela Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação:

É bom recordar que foi na segunda metade deste século XX que os desastres socioambientais se tornaram tão alarmantes que geraram muito medo e, talvez por isto, inspiraram as novas visões sobre um "desenvolvimento sustentável" (onde ganha importância a preocupação com o bem-estar também daqueles que irão nascer) e sobre a "educação ambiental", entendida como um processo que ultrapassa a mera transmissão de conhecimentos, mexendo com o jeito de ser das pessoas. (MEC: 1998, p. 23)

A Sustentabilidade Ambiental, ganha força à medida que as pessoas passam a pensar e compreender que só temos este planeta para habitar e se continuarmos a agredi-lo e a depredá-lo estaremos decretando a nossa própria extinção enquanto espécie, como ressalta Rocha Loures: “governos, empresas, academia, sociedade civil e cidadãos devem se empenhar urgentemente na identificação de áreas de cooperação, soluções e ações conjuntas efetivas visando a nossa sobrevivência como civilização” (ROCHA LOURES: 2009).

O termo desenvolvimento sustentável, muito utilizado atualmente, começou a ser amplamente divulgado a partir de 1983 com a criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Comissão Brundtland, pela ONU. Essa comissão definiu desenvolvimento sustentável como:

um processo de mudança em que a exploração de recursos, as opções de investimento, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional ocorram em harmonia e fortaleçam a satisfação das necessidades e aspirações humanas no presente, sem descuidar das gerações futuras (MANO; PACHECO; BONELLI: 2005).

A partir da Comissão Brundtland, outros encontros e conferências a nível mundial destacaram a importância de haver um desenvolvimento sustentável por todas as nações, tais como: Rio-92 (Carta da Terra e Agenda 21) e a Convenção das nações Unidas sobre a Biodiversidade.

O caminho para se chegar a uma visão de sustentabilidade ambiental e a consciência que é dela que a nossa própria sobrevivência depende começa a efervescer na área educacional nos anos 1960. Nessa época, especialistas já alertavam para a irracionalidade do modelo econômico.

A Educação Ambiental, como saber pedagógico, surge nesse contexto para alertar sobre as questões ambientais em um mundo cada vez mais

voltado a economia industrial, de acordo com a Coordenação de Educação Ambiental, ligada ao Ministério da Educação e do Desporto. A implantação da Educação Ambiental no Brasil, evidencia:

Em março de 1965, na Conferência de Educação da Universidade de Keele, da Inglaterra, colocou-se pela primeira vez a expressão Educação Ambiental, com a recomendação de que ela deveria se tornar uma parte essencial da educação de todos os cidadãos”. (MEC: 1998).

Uma movimentação mundial mais contundente sobre as questões ambientais teve início na década de 1970, com a realização de conferências mundiais sobre essa temática.

A Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (TBILISI-1977) foi um marco para que a Educação Ambiental ocupasse lugar de destaque frente às questões ambientais como ressalta LEFF (2003): “iniciou-se um amplo processo mundial orientado a formar uma nova consciência sobre o valor da natureza e a reorientar a produção do conhecimento guiado pelos métodos da interdisciplinaridade e os princípios da complexidade”.

A Educação Ambiental, como saber pedagógico, adquire importância fundamental para auxiliar na formação de cidadãos críticos, ajudando na tomada da consciência ambiental. A este respeito, LEFF se refere:

Aprender a aprender a complexidade ambiental é um convite a fertilizar o campo de uma nova pedagogia, em que se encontram a pedagogia popular crítica com a emergência da complexidade ambiental, a sustentabilidade, a democracia e as autonomias locais. Trata-se de um processo que, além de transmitir conhecimento para uma gestão racional do ambiente, reflete sobre o problema de reconhecimento e a reapropriação do mundo. (LEFF: 2003, p.10)

A consciência ambiental vem da relação educador/educando, na qual o educador cria condições e estímulos para que o educando perceba e valorize ideias e conhecimentos e que estes se tornem significativos para a sua vida.

Para que o processo educativo ambiental se concretize de forma mais contundente, espaços educadores podem contribuir muito para que as pessoas se apropriem de conhecimentos, ideias e valores ambientais, viabilizando projetos e ações que visem à sustentabilidade e a qualidade de vida para todos. Nesse contexto, educação/questões

ambientais/desenvolvimento sustentável, a Agenda 21 orienta para uma base de ações pautadas no ensino:

O ensino, inclusive o ensino formal, a consciência pública e o treinamento devem ser reconhecidos como um processo pelo qual os seres humanos e as sociedades podem desenvolver plenamente suas potencialidades. O ensino tem fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável e para aumentar a capacidade do povo para abordar questões do meio ambiente e desenvolvimento. Ainda que o ensino básico sirva de fundamento para o ensino em matéria de ambiente e desenvolvimento, este último deve ser incorporado como parte essencial do aprendizado. Tanto o ensino formal como o informal são indispensáveis para modificar a atitude das pessoas, para que estas tenham a capacidade de avaliar os problemas do desenvolvimento sustentável e abordá-los. O ensino é também fundamental para conferir consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos em consonância com o desenvolvimento sustentável e que favoreçam a participação pública efetiva nas tomadas de decisão. (AGENDA 21, cap. 36.3)

A consciência ambiental, infelizmente, muitas vezes chega a partir de desastres ambientais provocadas por atividades humanas, como o potencial destrutivo humano e da natureza da bomba atômica lançada sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki no final da II Guerra Mundial ou da contaminação dos peixes por metais pesados na Baía de Minamata, em fins dos anos 50, devido à instalação de uma indústria na área, que levou à morte por envenenamento milhares de pessoas e animais por mais de dez anos a pretexto de progresso, prosperidade e geração de empregos.

Mais recentemente, em 1984, na cidade de Bhopal na Índia, milhares de pessoas morreram, ficaram queimadas ou cegas, devido à contaminação do ar, por uma grande quantidade de gás tóxico, causado por acidente, em uma fábrica de pesticidas, uma multinacional com sede nos Estados Unidos. Em 1986, aconteceu o maior acidente nuclear da história, em Chernobil, na extinta União Soviética, onde a radiação se espalhou por centenas de quilômetros, matando e fazendo sofrer os efeitos da radiação grande quantidade de pessoas.

Vários outros desastres ambientais poderiam ser citados, vislumbrando-se um verdadeiro caos entre as atividades humanas e a natureza. A esse respeito, Cunha e Guerra se referem:

Como extrair ordem do caos? Hoje essa pergunta exige um novo diálogo da sociedade com a natureza. A civilização da fábrica se espalhou, com suas máquinas, com as obras de engenharia, com as indústrias do aço, do petróleo e do automóvel. Vários cientistas tentam provar que a capacidade predatória do homem está se aproximando do limite e que alguma ordem deve surgir do caos. (CUNHA; GUERRA: 2007,p. 31).

A Educação como principal instrumento de transformação social tem o poder de mudar as atitudes, comportamentos e procedimentos das pessoas que têm acesso ao conhecimento e a cultura e que vão culminar em uma sociedade mais consciente de suas mazelas e que vai buscar soluções mais efetivas e igualitárias com a finalidade de proporcionar bem estar ao conjunto total da população.

Dentro do contexto educacional, a preocupação com a temática ambiental e o despertar de uma conscientização ambiental coletiva deve ser promovida não somente por professores (embora sejam os principais responsáveis) em uma sala de aula ou ficar restrito a educadores dentro de escolas. A ação de promover a Educação Ambiental, como prática pedagógica e com a missão de mudar paradigmas na relação ser humano/natureza deve partir de todos que já tenham adquirido uma visão mais concreta da realidade das questões ambientais como ressaltado por Malhadas se referindo a Educação para o meio Ambiente e Educação para a Sustentabilidade “A palavra chave é ação:- Agir e promover a ação ambientalmente e culturalmente correta é o dever de todo o educador, de todo o líder comunitário e por extensão, de todos os cidadãos” (MALHADAS: 1998).

Espaços educadores podem ser os mais diversos possíveis, desde que contemplem a pedagogia aliada ao conceito de sustentabilidade socioambiental, ou seja, espaços que mantenham uma relação de equilíbrio com o meio ambiente, conforme destaca Moll:

Espaços educadores sustentáveis são aqueles que têm a intencionalidade pedagógica de constituir-se em referências de sustentabilidade socioambiental, isto é, espaços que mantêm uma relação equilibrada com o meio ambiente, compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, permitindo a qualidade de vida para as gerações presentes e futuras (Moll: 2012, p. 176).

O desenvolvimento dos saberes ambientais nestes espaços deve ser organizado a partir de educador/educadores que promova(m) a interdisciplinaridade, a transversalidade de temas e a adoção de medidas (ações) para se atingir os objetivos de um ambiente que proporcione qualidade de vida a todos.

A instituição escolhida para o desenvolvimento do projeto em educação ambiental será a Associação dos Servidores Públicos do Paraná. Como o próprio nome indica, congrega em seu quadro associativo, funcionários públicos das três esferas de poder (federal, estadual e municipal).

A instituição foi criada por um grupo de pessoas, servidores públicos, a mais de 80 anos atrás, no dia 1º de maio de 1932. A associação atualmente conta com sedes em Curitiba, Antonina, Matinhos, Maringá, São Mateus do Sul e Piraquara. Em breve também será construída uma sede social e esportiva na cidade de Ponta Grossa, além de novas áreas de lazer e entretenimento no litoral. A ASPP mantém ainda 14 agências no interior do estado, onde procede atendimento aos seus associados. Hoje, a ASPP é reconhecida em todo o País, onde já é considerada a segunda mais importante do Brasil.

O Projeto de intervenção em Educação Ambiental na instituição Associação dos Servidores Públicos do Paraná – ASPP Litoral se justifica a partir da necessidade de informações, ações e atitudes que visem o uso racional de todos os recursos utilizados no dia-a-dia da instituição, tais como: água, energia, alimento, descarte de resíduos, reaproveitamento de recursos.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Identificar, diagnosticar e analisar questões ambientais e propor ações voltadas a práticas ambientais a partir da Educação Ambiental para a instituição Associação dos Servidores Públicos do Paraná – ASPP em Matinhos, litoral do estado do Paraná.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Obter um diagnóstico preliminar da situação ambiental da instituição;
- Identificar se existe um plano de ação ambiental da instituição;
- Analisar o grau de conhecimento dos funcionários quanto às questões ambientais dentro da unidade.
- Contribuir para geração de multiplicadores em Educação Ambiental
- Aceite por parte da instituição em fazer e organizar periodicamente ações em educação ambiental que mobilizem, principalmente crianças e jovens, como por exemplo: gincanas e concursos com temática ambiental.

3 METODOLOGIA

Para a realização deste projeto em educação ambiental, considerou-se para intervenção, a unidade da Associação dos Servidores Públicos do Paraná (ASPP) do litoral paranaense. Localizada no bairro de Caiobá, município de Matinhos no estado do Paraná, distante 200 metros da praia brava de Caiobá, a unidade possui apartamentos para acomodação dos associados, piscinas, salão de jogos e um grande restaurante/refeitório para atender as necessidades de lazer, entretenimento e alimentação dos hóspedes.

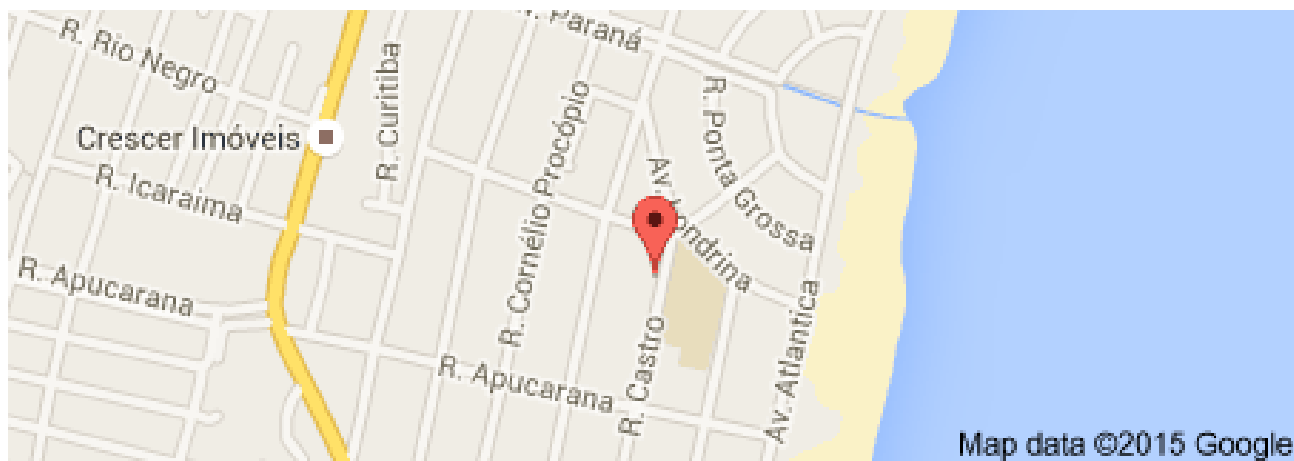


Ilustração 1-mapa de localização -ASPP - Caiobá.



Ilustração 2-vista externa - ASPP- Caiobá.



Ilustração 3-vista interna ASPP (blocos de apartamentos e estacionamento)



Ilustração 4- vista da piscina e bloco de apartamentos.



Ilustração 5- vista salão de jogos e restaurante - ASPP - Caiobá.



Ilustração 6- foto aérea ASPP



Ilustração 7 – foto aérea ASPP - litoral

Quanto à metodologia, a priori realizou-se pesquisa bibliográfica, cujos pressupostos e fundamentos teóricos tornaram possível a elaboração do trabalho. Também se efetivou uma pesquisa de campo quantitativa, por amostragem com diretores e funcionários, com questionário de perguntas objetivas (anexos 1 e 2).

As ações de disseminação de informações serão feitas a partir de: banners, placas de sinalização, jornal da instituição e através da transmissão de conhecimento verbal.

Considerando os propósitos do trabalho este ficou dividido nos seguintes capítulos: No primeiro se faz o resgate histórico e legal (legislação) da Educação Ambiental no Brasil para compreender os direcionamentos políticos que influenciaram a disseminação das ideias de preservação e conservação do meio ambiente no Brasil; no segundo trata-se do ensino da Educação Ambiental em espaços educadores formais e não formais; no terceiro identifica-se, analisa-se e mostram-se os resultados obtidos através da pesquisa de campo e o último capítulo é dedicado as considerações finais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 INICIATIVAS INSTITUCIONAIS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

No Brasil, os primeiros registros que faziam menção as questões ambientais datam dos séculos XIX e XX. No que se refere à Educação ambiental as primeiras iniciativas institucionais, tem início na década de 1970, com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), ligada ao Ministério do Interior, sendo das principais atribuições: “o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente” (ProNEA: 2005).

A partir dessa iniciativa (SEMA), começam a acontecer diversas outras ações políticas visando a inserção da Educação Ambiental nos segmentos educacionais formais e não formais. Um dos passos mais importantes para a institucionalização da Educação Ambiental a nível nacional foi com a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) em 1981, que visava promover a EA em todos os níveis de ensino. Na Constituição Federal de 1988 esta promoção aparece com ênfase: “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (ProNEA: 2005).

Com a criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), em 1992, a EA começa a ter capilaridade nos estados da federação. Repercutiu também para disseminação da EA a nível nacional a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano – RIO- 92 -, realizada no estado do Rio de Janeiro, em 1992, foi o momento que a comunidade política internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza. Foi nesse evento que se produziu a Carta Brasileira para Educação Ambiental que admite a omissão, falta de compromisso e de estratégias do governo brasileiro em relação a políticas públicas para disseminação e implementação da EA pelo território nacional:

Reconhece ser a educação ambiental um dos instrumentos mais importantes para viabilizar a sustentabilidade como estratégia de sobrevivência do planeta e, conseqüentemente, de melhoria da qualidade de vida humana. A Carta admite ainda que a lentidão da produção de conhecimentos, a falta de comprometimento real do Poder Público no cumprimento e complementação da legislação em relação às políticas específicas de educação ambiental, em todos os níveis de ensino, consolidam um modelo educacional que não responde às reais necessidades do país. (ProNEA: 2005, p. 24)

Em 1994, foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), vinculado ao MMA/IBAMA e executado pelo Ministério da Educação e Cultura. O objetivo do programa foi o de viabilizar ações voltadas a EA no sistema educacional e de gestão ambiental. Nos anos seguintes seguem-se as ações políticas para subsidiar a EA a se tornar uma realidade e fixá-la dentro do processo educacional do país, como: a inclusão da EA no Plano Plurianual (PPA-1996/99) do Governo Federal que visava: “a promoção da educação ambiental, através da divulgação e uso de conhecimentos sobre tecnologias de gestão sustentáveis de recursos naturais” (ProNEA: 2005), a criação por parte do MEC do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental (1996) que tinha por objetivo cooperação técnica e institucional em educação ambiental. Esse Grupo promoveu diversas ações como: palestras técnicas, seminários, conferências, encontros, etc. que visavam a promoção de projetos e iniciativas institucionais para disseminação da EA.

Em 1997, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), criado para apoiar as escolas nos seus projetos educativos, privilegiando a inserção de diversos temas transversais entre eles o meio ambiente. Em 1999 é criada a Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA).

Em abril de 1999 foi aprovada a Lei nº 9.795, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. Importante destacar alguns artigos dessa lei: Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º Educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Particularmente para este trabalho acadêmico é importante citar o parágrafo V do artigo 3º.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

(...) V – as empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente.

Os objetivos fundamentais da educação ambiental aparecem no artigo 5º, podendo-se dar destaque ao 1º parágrafo:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.

Nos anos 2000, as políticas públicas voltadas a inserir a educação ambiental como um conjunto de saberes, conhecimentos e práticas visando a preservação e sustentabilidade ambiental, são reforçadas por diversas ações governamentais, como exemplos, pode-se citar: nova inclusão da educação ambiental no Plano Plurianual (PPA- 2000/2003), onde esta é incluída institucionalmente ao Ministério do Meio Ambiente. Em 2003, foi realizada a Conferência Nacional do Meio Ambiente. No Plano Plurianual – PPA 2004/2007, o ProNEA passa por reformulação passando a ser intitulado: Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. Neste período (2004/2007), várias outras ações políticas institucionais são concretizadas pelo governo federal, visando o fortalecimento da EA, como Política Educacional de Estado, ressaltando-se nesse período diversos encontros, conferências, reuniões e fóruns realizados por todo o território nacional para a afirmação da EA.

Importante para a afirmação da EA no âmbito educativo é o conhecimento das diretrizes do Programa Nacional de Educação Ambiental,

cujo eixo orientador é a sustentabilidade ambiental para se ter um país com melhor qualidade de vida para todos.

O ProNEA fundamenta-se nas seguintes diretrizes:

- Transversalidade e Interdisciplinaridade.
 - Descentralização Espacial e Institucional.
 - Sustentabilidade Socioambiental.
 - Democracia e Participação Social.
 - Aperfeiçoamento e Fortalecimento dos Sistemas de Ensino, Meio Ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental.
- (ProNEA: 2005, p.33)

E incentiva que a educação ambiental seja promovida pelos mais diversos atores e espaços educacionais como destacado a seguir:

O ProNEA propõe um constante exercício de transversalidade para internalizar por meio de espaços de interlocução bilateral e múltipla, a educação ambiental no conjunto do governo, nas entidades privadas e no terceiro setor; enfim na sociedade como um todo (ProNEA: 2005, p.33).

A Agenda 21, em seu capítulo 36, trata do ensino, da conscientização e do treinamento como elementos transformadores para se chegar a uma sociedade ambientalmente sustentável. Este capítulo enfatiza que o desenvolvimento econômico, social e sustentável de um país ou região só será atingido a partir de políticas educacionais consistentes e universalizadas, de responsabilidade de órgãos governamentais ou não-governamentais como se destaca no parágrafo 36.5, alíneas D e E, que propõem atividades educativas vinculadas as questões ambientais:

- d. Recomenda-se que as autoridades educacionais, com a assistência apropriada de grupos comunitários ou de organizações não governamentais, colaborem ou estabeleçam programas de treinamento prévio e em serviço para todos os professores, administradores e planejadores educacionais, assim como para educadores informais de todos os setores, considerando o caráter e os métodos de ensino sobre meio ambiente e desenvolvimento e utilizando a experiência pertinente das organizações não governamentais;
- e. As autoridades pertinentes devem assegurar que todas as escolas recebam ajuda para a elaboração de planos de trabalho sobre as atividades ambientais, com a participação dos estudantes e do pessoal. As escolas devem estimular a participação dos escolares nos estudos locais e regionais sobre saúde ambiental, inclusive água potável, saneamento, alimentação, e os ecossistemas e nas atividades pertinentes, vinculando esse tipo de estudo com os serviços e pesquisas realizadas em parques nacionais, reservas de

fauna e flora, locais de herança ecológica, etc.(Agenda 21-IPARDES: 2001, p. 240).

Apesar de toda uma evolução histórica de inserção da temática ambiental nas políticas públicas educacionais, intencionando dar amplitude, direcionamentos e visibilidade às questões relativas ao meio ambiente, a Educação Ambiental no Brasil ainda carece de programas e projetos educacionais contundentes que integrem conhecimentos, ações, experiências e multiplicadores para disseminação de informações que assegurem uma tomada de decisão correta da sociedade, visando orientar a uma consciência ambiental que privilegie desenvolvimento e preservação dos recursos da natureza

4.2 A Educação Ambiental em Espaços Educadores Sustentáveis

A Educação Ambiental, como uma prática educativa, possui diversos conceitos, dentre os quais está o das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental:

A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Art. 2º)

No trabalho de conscientização o educador deve proporcionar ao educando um pensamento crítico, de forma que ele possa construir um conhecimento balizado na sua realidade e possa ter elementos para criticar os valores postos pela sociedade. Desta forma, o educando terá a possibilidade de confrontar criticamente diversos valores e tomar uma posição pessoal levando-o a refletir e ter novas atitudes e posturas.

Em sua evolução os seres humanos acabaram por se isolar em sua relação com a natureza. Estabeleceu-se uma relação de domínio e desequilíbrio que culminou nos atuais problemas ambientais. As desigualdades entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas no mundo acentuaram-se de

forma cada vez mais intensa a partir da revolução industrial. O desenvolvimento científico e tecnológico e o aumento populacional desenfreado, constatado nos últimos séculos, têm contribuído muito para que a intervenção humana tenha causado impactos devastadores no meio ambiente.

Diante da gravidade da situação ambiental no Brasil e no mundo e da real necessidade de preservação e manutenção da natureza, em suas mais variadas dimensões, a Constituição Brasileira de 1988, quando trata do meio ambiente, insere a Educação Ambiental como prática educativa em todos os níveis de ensino. Portanto, a Educação Ambiental tem a importante missão de fazer com que as pessoas (desde tenra idade) tenham a percepção de se integrar com o meio ambiente. Essa integração ocorrerá por meio de novos conhecimentos, valores e atitudes que levarão educandos e educadores a transformarem o atual quadro de devastação ambiental em que atualmente o planeta se encontra.

O educador, para promover esta integração, deve ter o básico entendimento de que o ser humano é natureza e não apenas parte dela e, não havendo separação, não pode haver dominação deste em relação àquela, como ressalta Guimarães: “O indivíduo não é somente uma parte, ele é também a natureza e, como já disseram anteriormente, o ser humano talvez seja a possibilidade de a natureza se perceber conscientemente” (GUIMARÃES: 1995).

Outro entendimento que a Educação Ambiental deve reforçar para o senso crítico dos educandos diz respeito às atuais condições e valores sociais. O entendimento de uma sociedade mais justa, equilibrada, com a eliminação da miséria de um lado e da riqueza consumista de outro, são indispensáveis para um desenvolvimento sustentável, como aborda Rocha Loures: “Atualmente a noção de sustentabilidade vem sendo utilizada como ponto de partida para a construção de um novo modelo de sociedade, capaz de garantir a sobrevivência dos seres humanos e da natureza” (ROCHA LOURES: 2009).

Existe uma forte demanda dos sistemas de ensino em relação à educação ambiental diante da necessidade de se enfrentar as diversas questões ambientais atualmente postas que afetam os seres humanos e a vida no planeta como um todo. A necessidade de um ensino que contemple a transversalidade, que rompa com o ensino estanque que atualmente se

verifica, principalmente no ensino formal, faz-se urgente. É nesse contexto que a Educação Ambiental deve ser inserida, como ressalta Moll: “Tudo isso impõe uma proposta de educação que ressignifica sua função social a partir da complexidade, supera a dissociação sociedade/natureza e mantém uma relação dialógica e transformadora com o mundo” (MOLL: 2012).

É na educação que os desafios às questões ambientais encontram um forte aliado para encontrar soluções que permitam um desenvolvimento socioambiental concreto e sustentável, como destaca MOLL: “O desafio planetário; a Educação Ambiental atua criticamente na superação de padrões predatórios da vida e na busca de uma educação que realize alternativas civilizatórias e societárias” (MOLL: 2012).

4.3 ESPAÇOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS

O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial n.º 17/2007, integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. O arcabouço legal do Programa Mais Educação se consolidou com o Decreto nº 7083, de 27 de janeiro de 2010 que dispõe e orienta em seu artigo 2º parágrafo 5º sobre espaços educadores sustentáveis:

V - o incentivo à criação de espaços educadores sustentáveis com a readequação dos prédios escolares, incluindo a acessibilidade, e à gestão, à formação de professores e à inserção das temáticas de sustentabilidade ambiental nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos.

Espaços educadores podem ser os mais variados, desde que tenham a finalidade pedagógica de levar o conhecimento para as pessoas envolvidas neste ambiente. A escola, sem dúvida, é o principal espaço educacional formal, porém, outros espaços podem assumir a responsabilidade de levar conhecimento e saberes às pessoas como, por exemplo: uma associação de moradores de um bairro, um clube de lazer, uma instituição religiosa, uma organização não governamental (ONG), uma empresa pública ou privada, etc.

Um espaço educador sustentável deve ser aquele que orienta e ensina as pessoas que as suas necessidades devem ser supridas, porém, sem suprimir as necessidades das pessoas no futuro.

O ensino praticado de forma sustentável deve proporcionar melhorias na qualidade de vida da população envolvida na escola e na comunidade em diversos aspectos, como ressalta Moll:

Na prática do fazer educativo, trata-se de vivenciar espaços e tempos sustentáveis na escola e na comunidade: uma escola sustentável. Isso implica a readequação (reforma ou construção) dos prédios escolares e seu entorno com critérios de sustentabilidade, como qualidade de vida; ecoeficiência; plantio agroecológico; conforto térmico, acústico e visual; acessibilidade; gestão ambiental democrática, ou seja, participação, direitos humanos, alimentação, transporte, consumo responsável. (MOLL: 2012, p.177)

Portanto, podemos entender por espaços educadores sustentáveis, voltados à educação ambiental como aqueles que proporcionam uma condição de vida comunitária digna e com respeito à natureza. O ensino teórico e prático ambiental deve ser orientado para ações individuais e coletivas no sentido de mostrar que a natureza e os seus recursos são indispensáveis e cruciais às necessidades humanas e que a sua manutenção e conservação são imprescindíveis para a atual geração e as que virão a usufruir destes recursos.

O objetivo, portanto, destes espaços é o de proporcionar conhecimento e a vivência que desperte a consciência ambiental e estimule ações e atitudes de conservação no presente e no futuro.

Além da escola, como um espaço formal educativo e que pode e deve ser sustentável, outros espaços podem assumir a responsabilidade de serem sustentáveis, como ressalta Borges:

Vamos então repensar o ambiente escolar, no sentido de torná-lo integrador, educador e sustentável, o que implica sua adequação em termos arquitetônicos, isto é, redesenhar os espaços de acordo com novas finalidades, mas também o currículo e os processos decisórios locais em coerência com os princípios de sustentabilidade. Tudo isso contribui para um ambiente de aprendizagem e produção do conhecimento, favorável à mudança de posturas de que precisamos para construir sociedades sustentáveis. Afinal, ao construirmos uma escola sustentável, mostraremos ser possível também a transformação de outros territórios – casa, bairro, cidade, estado, nação. E, assim, estimular que surjam, por toda parte e das mais

diversas formas, espaços efetivamente educadores e sustentáveis (BORGES: 2011, p. 16).

Esses espaços devem proporcionar que, os conjuntos das pessoas frequentadores desses lugares, possam ter acesso a informações, conhecimentos e práticas ambientais que melhorem a condição de vida de todos os envolvidos. Entre estes espaços podem-se citar associações representativas de classe, como a enfocada neste trabalho de especialização.

Trata-se da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, instituição octogenária, fundada em 1º de Maio de 1932. A Associação é um espaço social, portanto, pode ser um espaço educador sustentável. A partir do estatuto da instituição, será reproduzido a seguir o capítulo I, que trata da DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINS, com o intuito de conhecimento legal da instituição:

Artigo 1º. - A Associação dos Servidores Públicos do Paraná, que adota a sigla ASPP, fundada em 1º de Maio de 1932, reconhecida de utilidade pública pelo Decreto Federal n.º 4.542, de 19 de Agosto de 1939 e pelo Decreto Estadual n.º 19.375 de 28 de Agosto de 1965; reconhecida como órgão oficial de representação da classe dos funcionários civis do Paraná pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de Novembro de 1970, é uma entidade civil, organizada para fins não econômicos e sem fins lucrativos, com sede, administração e foro na Capital do Estado do Paraná, podendo constituir unidades em todo território do Estado do Paraná.

Artigo 2º. – O prazo de duração da ASPP é indeterminado.

Artigo 3º. – A ASPP tem por finalidade promover a união e o desenvolvimento dos servidores públicos em geral, pugnar pelos interesses da classe em todas as áreas de seu interesse, e ainda nas áreas da educação, da assistência social, da cultura, dos esportes e lazer, buscando através de todos os meios a plenitude da sociedade e do homem.

Artigo 4º. – No cumprimento de seu programa de atividade, a ASPP propõe-se a:

a) representar os servidores públicos em geral em todos os âmbitos e foros em que for necessário;

- b) buscar por todos os meios a melhoria da qualidade dos serviços da administração pública em benefício da sociedade;
- c) desenvolver estudos, apoiar e mesmo empreender iniciativas de interesse associativo e da categoria;
- d) incentivar a cultura, as artes, o desenvolvimento físico e psicológico, assim como o aprimoramento profissional dos associados;
- e) amparar, prestigiar e defender os associados dentro dos princípios constitucionais vigentes, podendo defendê-los coletivamente em juízo ou fora dele;
- f) prestar assistência jurídica sob forma de consultoria;
- g) proporcionar aos associados, e sem qualquer tipo de discriminação, por meio de convênios ou diretamente, assistência médica, odontológica, serviços de farmácia, social e econômico-financeiro;
- h) proporcionar aos associados, seus dependentes e familiares, reuniões sociais, recreativas, esportivas e estada em suas unidades de hospedagem e de lazer.

Artigo 5º. – O dia 1º de Maio, data de sua fundação, é considerada data magna da Entidade.

Parágrafo Único – A ASPP adota como símbolos próprios: a bandeira, o hino e a logomarca.

O primeiro capítulo do estatuto da entidade dá a dimensão institucional da ASPP. Muito além de uma associação recreativa e de lazer, a instituição tem por finalidade promover a união dos servidores públicos em geral, assumindo claramente uma função social agregadora, além de prestar vários serviços que beneficiam o associado, levando-o a uma melhor qualidade de vida.

A ASPP possui cerca de cinquenta e cinco mil (55.000) associados, servidores públicos das esferas federal, estadual e municipal. A estrutura de recursos humanos conta com um total de 295 funcionários, distribuídos em uma sede administrativa, seis unidades (recreativas de lazer e social), além de várias agências regionais.

Com um grande patrimônio material, além da sede administrativa, e uma grande unidade recreativa e social, situada no bairro Santa Quitéria, ambas localizadas em Curitiba, capital do Estado, possui unidades espalhadas

pelo território paranaense, Maringá, Piraquara, São Mateus dos Sul, Antonina e Matinhos (Caiobá). Possui também diversas agências regionais, situadas em várias cidades paranaenses para atendimento aos associados:

A ASPP dispõe de Agências Regionais, tendo por finalidade representar a entidade junto aos associados, prestando-lhes toda a assistência e serviços disponibilizados. - Vinculadas ao Diretor Coordenador de Associativismo e Assistência. (ASPP: 2015)

O foco principal deste trabalho, porém, será a unidade de Matinhos, litoral do estado do Paraná, sediada à Rua Castro, 110, no bairro de Caiobá. A unidade se caracteriza por ser de recreação e lazer. Com um total de 157 apartamentos, a unidade tem capacidade para comportar até 942 pessoas em suas dependências.

A capacidade de acomodação da “Colônia de Férias do Litoral”, como corriqueiramente é chamada a unidade da ASPP em Caiobá, no litoral paranaense, deve ter a sua capacidade ampliada muito em breve, com a finalização das obras da segunda unidade no litoral, prevista para ser concluída no primeiro semestre de 2016.



Ilustração 8 - projeto unidade 2 (entrada principal) - ASPP – Caiobá.

Esta nova unidade que está sendo construída na rua paralela, logo atrás da primeira unidade (Rua Maringá). Unidade moderna terá 104 apartamentos e capacidade de acomodar até 520 associados e dependentes.



Ilustração 9 - projeto unidade 2 (visão geral) - ASPP - Caiobá.



Ilustração 10 - obras da nova unidade - ASPP- Caiobá

Essa nova unidade será totalmente autônoma da primeira, terá portaria e refeitórios próprios. Suas instalações serão providas de sensor de presença para acendimento e desligamento automático da iluminação das áreas internas comuns e o abrir e fechar da porta serão por cartão magnético que também,

quando as pessoas saírem dos quartos, desligará automaticamente todas as luzes e aparelhos que estiverem ligados no interior dos apartamentos (com exceção do refrigerador).

Uma das principais características da unidade (ASPP-Caiobá) é a alta rotatividade de associados e dependentes que frequentam as dependências da “Colônia de Férias” durante todo o ano, que são originários das mais variadas regiões do estado, principalmente nos meses mais quentes do ano.

No trabalho de investigação as principais questões abordadas serão: 1) Como a instituição no seu cotidiano lida com as questões ambientais? 2) Como estas questões atingem a grande quantidade de pessoas que freqüentam a instituição durante todo o ano? 3) Qual o grau de conhecimento dos funcionários sobre as questões ambientais em seu cotidiano de trabalho.

Atualmente a ASPP-Litoral conta com quarenta e nove (49) funcionários efetivos e cinco (05) funcionários contratados, portanto, um total de 54 funcionários. Desse universo, realizou-se uma pesquisa (questionário direcionado) por amostragem (anexo 1), com treze (13) funcionários, um (1) administrador local (da unidade) e dois (2) diretores, perfazendo um total de 16 questionários de cunho socioeducacional e ambiental.

O objetivo foi colher dados para avaliar o grau de conhecimento dos funcionários com relação às práticas ambientais que ocorrem na ASPP - litoral, nesse contexto e relacionar com a teoria.

As tabelas e avaliações abaixo demonstram o resultado da pesquisa feita através de questionário direcionado a treze (13) funcionários lotados dentro da ASPP em Caiobá (anexo 1)

TABELA I – Faixa etária

Faixas etárias	Nº de funcionários
até 18 anos	1
de 18 até 25 anos	3
de 25 até 35 anos	3
de 35 até 45 anos	5
de 45 até 55 anos	1
de 55 até 65 anos	0

+ de 65 anos	0
total	13

A tabela I aponta que, quanto à idade dos funcionários da amostra, 38,46% fazem parte da faixa etária de 35-45 anos, em seguida com 23,07% destaca-se a faixa etária de 25-35 anos, na faixa de 18-25 têm-se a mesma porcentagem de funcionários, na faixa de 45-55 anos são 7,69% e na faixa etária até 18 anos a porcentagem se repete. Os dados acima demonstram que a equipe de trabalho está na faixa de meia idade, caracterizando uma força de trabalho experiente.

TABELA II – Grau de escolarização

Grau de escolarização	Nº de funcionários
Fundamental fase I incompleto (antigo primário)	1
Fundamental fase I completo (antigo primário)	0
Fundamental fase II incompleto (antigo 1º grau)	2
Fundamental fase II completo (antigo 1º grau)	0
Ensino médio incompleto (antigo 2º grau)	4
Ensino médio completo (antigo 2º grau)	5
Ensino superior incompleto	1
Ensino superior completo	0
Total	13

A tabela II mostra que 38,46% dos funcionários possuem o ensino médio completo (antigo 2º grau), na sequência com 30,77% estão os funcionários com ensino médio incompleto (antigo 2º grau), com ensino fundamental fase II incompleto (antigo 1º grau) são 15,38% do total de funcionários e com ensino fundamental fase I incompleto (antigo primário) são 7,69%, assim como funcionários com ensino superior incompleto. Os dados acima tabulados mostram que, a maioria dos funcionários possui o ensino médio completo ou a completar, indicando que o grau de instrução dos funcionários é bastante satisfatório.

TABELA III – Funcionário/setor

Funcionário		Setor	
efetivo	contratado	administrativo	operacional
8	5	2	11

A tabela acima aponta que o número de funcionários efetivos é mais significativo (61,54%) em relação aos contratados (38,46%), da amostra.

Com relação ao setor onde trabalha por ampla maioria (84,62%) são funcionários da área operacional e em menor quantidade (15,38%) funcionários do administrativo, da amostragem.

Com relação ao número de funcionários, a unidade contrata temporários, principalmente na alta temporada (novembro á março). No restante do ano poucos funcionários são mantidos por contrato de terceirização.

Com referência ao maior número de funcionários no setor operacional, se explica pela maior quantidade de funcionários da unidade trabalhar no refeitório e manutenção das instalações. Grande quantidade de pessoas, todos os dias na unidade, fazem três refeições, daí a grande demanda por funcionários neste local.

Questionados os funcionários se possuíam conhecimento de ações ambientais dentro da organização (ex. destinação do lixo {orgânico e reciclável}, economia de água e energia elétrica, campanha contra desperdício de alimentos, etc.) dos treze (13) funcionários que responderam o questionário, onze (11) funcionários (84,62%) declararam que sim, a unidade possui ações ambientais e somente dois (2) funcionários (15,38%) relataram que não. Foi indagado aos funcionários qual (quais) ações ambientais tinham conhecimento? Foi citado: separação e reciclagem de lixo, economia de água e luz, reciclagem de óleo de cozinha, não desperdício de alimentos.

Outra questão levantada foi se o funcionário tinha conhecimento sobre Educação Ambiental. Dos 13 questionamentos, onze (11) responderam ter conhecimento sobre educação ambiental e dois (2) deram negativa para a questão. Dos que afirmaram conhecer, foi citado: separação do lixo (orgânico e reciclável), não poluir os rios, ajudar a combater o desmatamento, preservar a

restinga, prezar pelos patrimônios culturais e ambientais do município, não jogar lixo em lugares públicos, nos rios e na praia, preservar o meio ambiente para ter melhor qualidade de vida, não desperdiçar água, compostagem de lixo orgânico, passeio ecológico, não fazer queimadas, não jogar óleo no quintal. Houve coincidência no número de funcionários (11) que responderam sobre as questões de “ações ambientais dentro da organização” e “conhecimento sobre “educação ambiental”, porém apenas um funcionário respondeu que não tinha conhecimento de ambos os questionamentos.

Os relatos demonstram um conhecimento muito satisfatório sobre as questões ambientais por parte dos funcionários, o que demonstra uma equipe preparada e consciente para lidar com os desafios ambientais diários dentro da unidade.

A orientação de procedimentos, inclusive os ambientais, evidentemente, vem da administração e direção da instituição. Sobre este assunto o Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas orienta que, as empresas que aplicam o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) dentro de uma organização empresarial, devem:

definir e documentar tarefas, responsabilidades, autoridades e procedimentos específicos para assegurar que cada empregado aja no curso de seu trabalho diário para ajudar a minimizar ou eliminar o impacto negativo da empresa no meio ambiente” (SEBRAE, 2012).

Porém, uma equipe que já possua algum conhecimento ambiental prévio ajudará muito no trato e respeito com o meio ambiente.

Com relação aos administradores foram elaboradas questões diferenciadas para avaliação de seu conhecimento e práticas socioambientais dentro da instituição em questão. Foram, portanto, aplicados três (3) questionários com perguntas orientadas e direcionadas para as funções de responsabilidade que estes administradores exercem dentro da ASPP (anexo 2) Foram feitos os questionamentos ao administrador local da unidade (ASPP – litoral), ao diretor da unidade de hospedagem e lazer e ao diretor de marketing e divulgação da ASPP. Os resultados da análise dos questionamentos serão demonstrados abaixo:

Os administradores estão em suas funções entre dez (10) e (20) anos. Quanto ao grau de escolarização: o administrador local possui ensino médio completo e os diretores possuem nível superior completo. Com relação ao questionamento sobre “Tem conhecimento de um plano de ação ambiental dentro da instituição?”. Possivelmente o questionamento foi entendido pelos administradores como: “se possui conhecimento de ações ambientais na unidade do litoral?”, pois as respostas foram nesse sentido. Os administradores relataram: sistema de recolhimento de óleo de cozinha usado, sistema de coleta de lixo reciclável e instalação de sistema para contenção e aproveitamento de água pluvial. Outro questionamento feito aos administradores foi se “Existe algum tipo de divulgação por parte da instituição de Educação Ambiental, voltada para os associados?” As respostas dadas foram: conscientização dos hóspedes através de avisos e informações para evitar desperdício de água, manter as luzes e ventiladores desligados quando não estiverem nos apartamentos e reuniões com os funcionários para alertar aos hóspedes problemas de ordem ambiental. Outra indagação feita foi “Considera a instituição sustentável do ponto de vista ambiental? Todos os questionados reconheceram que não, porém, ressaltaram que com as medidas que estão adotando, acreditam ser possível em um futuro próximo atingir a sustentabilidade. O último questionamento aos administradores foi “Qual a sua opinião sobre as questões ambientais, dentro de uma grande instituição como a ASPP”? E os relatos foram os seguintes: grandes empresas devem se preocupar em implantar medidas para amenizar problemas ambientais como, por exemplo: redução do consumo de água e também expectativas quanto a ações que a instituição possa desenvolver para a conscientização quanto a problemática ambiental.

Com base nas respostas fornecidas pelos administradores, percebe-se que apesar de não haver um plano de ação ambiental na ASPP, ficou claro que existem ações e práticas de cunho ambiental, impulsionadas pela iniciativa da administração local (ASPP - Caiobá) e respaldadas pela direção de hospedagem e lazer.

A ASPP possui parcerias para dar destinação correta ao lixo produzido na sua unidade em Matinhos. Com relação ao óleo de cozinha, a instituição possui parceria com uma empresa que coleta o óleo usado, produz sabão e

detergente e fornece estes produtos para a própria ASPP, uma parceria muito importante para o meio ambiente. Com relação ao lixo orgânico, a instituição mantém uma parceria com a prefeitura de Matinhos para a coleta deste material e a sua correta destinação. Com respeito ao lixo reciclável a instituição mantém parceria com uma empresa particular que dá destinação a este tipo de lixo. São ações e práticas que seguem no sentido de se alcançar a sustentabilidade na unidade.

Porém, o projeto mais ambicioso, visando sustentabilidade ambiental na unidade, veio através da iniciativa do administrador local e prontamente aceito pela direção e presidência da instituição. Trata-se de um projeto que tem por finalidade a instalação de um sistema para contenção e aproveitamento de água pluvial. Esse sistema será utilizado para abastecimento de água na lavanderia da unidade, que segundo o administrador local, é o setor que mais consome água na ASPP em Caiobá. O sistema é composto de tubos, conexões, cisternas verticais, filtros e duas caixas d'água com capacidade de armazenagem de dez mil (10.000) litros de água cada uma. O sistema proporcionará uma economia considerável nos custos da unidade, porém, o maior ganho será o ambiental, já que a unidade consome grande quantidade de recursos hídricos diariamente.

A ASPP, mesmo sendo uma instituição sem fins lucrativos, possui toda uma estrutura administrativa e operacional que pode, em muitos aspectos, ser comparada a uma empresa. As empresas, de forma quase que genérica, até pouco tempo atrás só possuíam uma visão voltada a aspectos econômicos: lucros, investimentos, mercado de ações. Recentemente surgiram outros aspectos que, levaram as empresas a expandirem a sua visão de empreendedorismo, levando-as a preocuparem-se com questões de cunho socioambiental, como destaca Rocha Loures:

O certo é que até alguns anos atrás os temas econômicos ocupavam de forma exclusiva a vida das empresas. Atualmente, as preocupações ambientais e sociais estão presentes na pauta prioritária de muitas corporações. O mesmo acontece nos ambientes do poder público, da academia e da sociedade civil. É parte integrante da vida das pessoas. Mas há muito o que avançar. (ROCHA LOURES: 2009, p. 9-10)

Empresas, tanto privadas, quanto públicas, estão se adequando aos desafios que o século XXI impõe. Otimização dos sistemas de produção, comercialização de produtos/serviços em um mundo globalizado e competitivo, responsabilidade social e ambiental são, atualmente, temas que estão na pauta de prioridades de muitas empresas e instituições. Algumas dessas preocupações levam as empresas a traçar novas estratégias operacionais, de recursos humanos e de marketing. Um dos grandes desafios, hoje, das empresas é racionalizar os custos operacionais e manter uma boa imagem da empresa perante a sociedade. Novos conceitos, que antes não eram levados em conta no negócio, atualmente foram incorporados na filosofia de várias empresas. Um desses conceitos é o de sustentabilidade e responsabilidade ambiental, como destaca o Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em sua cartilha sobre Gestão Sustentável nas Empresas:

Trabalhar dentro de conceitos de sustentabilidade não é, como muitos podem imaginar, difícil ou mais caro. Implantar nas empresas a responsabilidade com o meio ambiente e com a sociedade, na grande maioria das vezes, amplia a margem de lucro e aumenta o valor das empresas e de seus produtos (SEBRAE: 2012).

A gestão eficaz de recursos hídricos e energéticos (energia elétrica e combustível) ajudará a uma economia nos custos da empresa, por exemplo.

A decisão de assumir ações e práticas de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade ambiental, além de trazer benefícios financeiros e econômicos trará para empresa benefícios para sua imagem, como ressalta o SEBRAE: “Ser uma empresa que busca valor na sustentabilidade também rende benefícios na relação com os clientes, sejam eles consumidores finais ou outras empresas que utilizam seus produtos ou serviços” (SEBRAE: 2012).

Muitas empresas e instituições, atualmente, por força de lei, por estratégia de marketing ou por conscientização, aderiram à responsabilidade social que também contempla a responsabilidade ambiental sustentável como demonstra o SEBRAE:

“Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e

culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais” (SEBRAE: 2012).

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) já é uma realidade e uma tendência para diversas empresas/instituições em todo o mundo, pois Há um crescente aumento de consumidores responsáveis. Estes estão cada vez mais exigentes e informados e dão preferência a produtos e serviços que tenham sido criados respeitando o meio ambiente e a sociedade.

Fica evidente, assim, que o social e o ambiental caminham juntos, estão vinculados, influenciam-se e determinam-se mutuamente. As pessoas, em seu convívio, participam de vários espaços sociais, portanto, esses espaços, são potenciais espaços educadores sustentáveis.

A temática ambiental, atualmente, está presente na política institucional de várias organizações sejam elas, privadas ou públicas.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) é um exemplo de instituição de cunho social, que possui políticas muito sólidas na área da temática ambiental, como a revista SENAC Ambiental, publicação que teve a sua origem e inspiração nos debates ocorridos na primeira conferência mundial da Organização das Nações Unidas sobre meio ambiente, a Rio-92. A revista tem periodicidade semestral e apresenta aos leitores artigos ligados ao tema do meio ambiente, como: educação ambiental, turismo, sustentabilidade, saúde, biodiversidade, cultura, formação profissional e qualidade de vida.

Outro exemplo de instituição, esta, representativa de classe (comerciários) que aborda a temática ambiental é o Serviço Social do Comércio (SESC) que possui várias ações voltadas às questões ambientais como: conferências, palestras, oficinas.

A ASPP, por sua importância como entidade representativa de classe, portanto, um espaço social e potencial espaço educador, até o momento não possuía, pelo menos explicitamente, ações voltadas à educação ambiental. Porém, a partir de entendimentos com diretores da instituição, esta, a partir de agora, abrirá espaço em sua revista de publicação trimestral, para que seja abordada, através de artigo escrito, a temática ambiental, para que, principalmente os associados, tenham acesso a informações relevantes na área socioambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho exigiu muita perseverança para cumprir com os objetivos propostos, pois se configura em um trabalho inédito, em uma instituição tradicional, que representa os servidores públicos do estado do Paraná e oficialmente não possuía nenhum tipo de registro bibliográfico ou ações oficiais que fizessem menção a práticas ambientais dentro da instituição, fosse na sede da Associação dos Servidores Públicos do Paraná (ASPP) em Curitiba ou em outras de suas unidades espalhadas pelo território paranaense.

Todos os objetivos propostos foram alcançados: fêz-se um diagnóstico das práticas ambientais que ocorrem no cotidiano da unidade em Caiobá.

Identificou-se que haviam várias ações e práticas ambientais, principalmente no restaurante/refeitório da unidade, como: separação do lixo orgânico e reciclável, armazenamento do óleo usado e a destinação correta desses materiais. O que chamou atenção foram as parcerias que a unidade possui com empresas privadas e com a prefeitura para dar destinação correta aos materiais descartados, o que indica organização e responsabilidade com as questões ambientais. A parceria com uma empresa que recolhe e usa o óleo usado e transforma este em matéria prima, que talvez fosse descartado no meio ambiente, em sabão e detergente e que depois é fornecido para a própria unidade é um ótimo exemplo de racionalidade e sustentabilidade ambiental.

No que diz respeito aos funcionários da unidade, através da investigação, verificou-se uma equipe qualificada, comprometida e que tem conhecimento sobre as questões ambientais e são conscientes na sua rotina diária da necessidade de praticar ações simples como: economia de energia elétrica, de água, de evitar o desperdício de alimentos, mas que, com toda a certeza, são de extrema importância para o meio ambiente, devido a grande demanda diária desses recursos.

Com relação a administração da unidade, verificou-se que o administrador geral, juntamente com o diretor de hospedagem e lazer, orientam e zelam para que as iniciativas de prática ambiental surtam efeito em todos os ambientes da unidade, tanto em relação aos funcionários quanto aos hóspedes.

A administração local e da direção de hospedagem e lazer determinaram regras gerais de condições e condutas que os hóspedes têm que seguir em sua estada dentro dos apartamentos e nas dependências da colônia de férias e que estão afixadas em todos os apartamentos e áreas comuns da unidade.

Entre essas regras algumas dizem respeito a práticas ambientais como, economia e não desperdício de recursos dentro das instalações da unidade, como por exemplo: desligar ventiladores e luz quando não estiverem nos quartos, não fumar nas dependências da colônia e evitar o desperdício de alimentos nas refeições

Uma das grandes preocupações da administração local é com a grande quantidade de gasto de água na unidade, principalmente na alta temporada, quando o consumo de água é muito grande, pois a unidade, tem a sua capacidade de hospedagem máxima nesse período.

Pensando em resolver esse problema a administração local teve a iniciativa de instalar um sistema de contenção e aproveitamento de água pluvial e utilizar essa água de captação na lavanderia, que é o local que mais utiliza água na unidade na alta temporada.

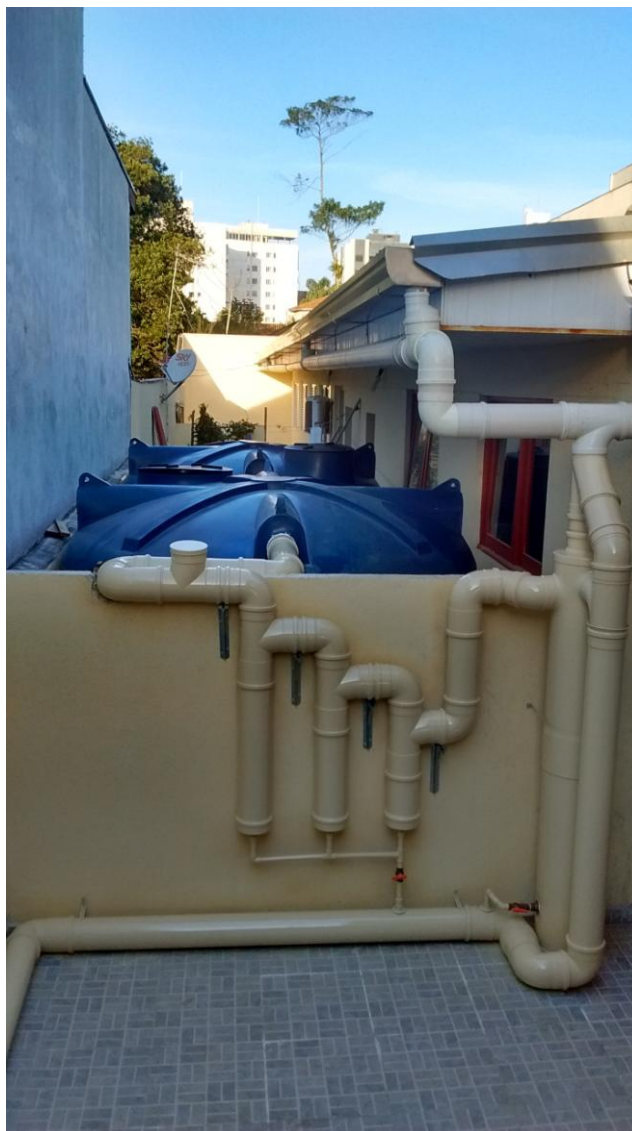


Ilustração 11 - sistema de captação de água pluvial



Ilustração 12 - Sistema de captação de água pluvial



Ilustração 13 - Sistema de captação de água pluvial



Ilustração 14 - Sistema de captação de água pluvial



Ilustração 15 – Vista da ASPP - litoral

Esse sistema de coleta, armazenamento, tratamento e utilização da água pluvial serve como tema e subsídio para ilustrar práticas de educação ambiental. Dessa forma, a ASPP iniciará um processo de gestão ambiental sustentável da água em sua unidade no litoral, gerando marketing ambiental e o respeito do associado e da sociedade.

A partir da investigação e análise da unidade da ASPP em Caiobá, este trabalho tem a intenção de propor as seguintes recomendações de cunho ambiental para serem apreciadas pela administração e direção da unidade ASPP - Litoral:

Implantação de clarabóia no refeitório para aproveitar a luz natural, ação que além de ajudar a diminuir os custos com energia elétrica, tornaria o ambiente mais sustentável.

Substituir todas as lâmpadas fluorescentes e incandescentes por lâmpadas LED, pois consomem menos energia, gerando até 90% de economia em relação às lâmpadas incandescentes. As lâmpadas de LED duram mais de 50 mil horas ou 8 anos, oferecem vida útil 25 a 50 vezes maior em relação às lâmpadas comuns e até 5 vezes superior às fluorescentes. A estrutura das lâmpadas é 95% reciclável e não contém metais pesados ou gases, facilitando o descarte e converte uma proporção muito maior de eletricidade em luz, resultando em menor aquecimento da lâmpada. Apesar de ainda custar bem mais caro que as lâmpadas fluorescentes, os ganhos de longo prazo com a economia no gasto de energia e menor gasto com manutenção compensam o investimento, desta forma sendo muito mais sustentáveis.

Implantar painéis solares, a médio e longo prazo, para geração e suprimento de energia elétrica em ambientes da unidade onde a demanda for maior.

Substituição das atuais placas de sinalização, por placas de educação ambiental, para ajudar a disseminar a consciência ecológica entre funcionários e hóspedes. Se possível utilizando materiais reciclados (PET, pneus) e/ou naturais (madeira reaproveitada, bambu).

As propostas foram colocadas em nível de sugestão aos administradores da unidade da ASPP em Caiobá. Todas elas possuem viabilidade técnica e financeira para sua implantação, havendo ganhos na parte econômica, mas principalmente, um retorno para a imagem da instituição, tornando-se, de maneira formal, uma organização que se preocupa com as questões socioambientais e com a sustentabilidade para um mundo melhor e com mais qualidade de vida para as pessoas.

Porém, a ação de educação ambiental mais positiva, na construção deste projeto de intervenção, foi o despertar na administração, direção e presidência da Associação dos Servidores Públicos do Paraná (ASPP) o sentimento de que o espaço desta instituição pode fazer ações que viabilizem e promovam práticas ambientais que levem a organização a ter responsabilidade quanto as questões ambientais e de sustentabilidade.

Nesse sentido, houve aceite, por parte da administração da instituição em viabilizar informação quanto a educação ambiental em um de seus veículos de informação institucional, trata-se da revista da ASPP, que leva informação para grande quantidade de associados e possui formato digital (no endereço eletrônico da instituição) e em papel, sendo uma publicada trimestralmente.

Será publicado na edição número trinta e nove (39) da revista da ASPP, um artigo (anexo 3) de autoria deste especializando, tratando de assuntos relativos ao meio ambiente e a educação ambiental. A intenção é a de promover diversos multiplicadores de opinião, para as questões ambientais.

Pretende-se, portanto, com esse artigo promover informações que individualmente e coletivamente levem as pessoas a refletir que não é somente o ambiente em que vivem ou que frequentam corriqueiramente que deve ser preservado, mas sim, tenham o entendimento que a nossa casa é todo o planeta Terra que está chegando ao limite de seus recursos e que estes são essenciais a nossa sobrevivência.

Referências

A implantação da educação ambiental no Brasil. Coordenação de Educação Ambiental/MEC, 1ª edição, 1998.

Agenda 21. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/documentos>. Acesso em: 24/07/2015.

BORGES, Carla. Espaços educadores sustentáveis. **Salto para o futuro**. Rio de Janeiro, ano XXI, boletim 07, Junho, 2011. Disponível em: <http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/194055espacoseducadoressustentaveis.pdf>. Acesso em: 24/07/2015.

BRASIL. Decreto-lei n. 7083 de 27 de janeiro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm. Acesso em: 24/07/2015.

BRASIL. Palácio do Planalto. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/.../d7083.htm. Acesso em: 07/05/2015.

BRASIL. SEBRAE. Cartilha Gestão Sustentável na Empresa. Disponível em: <http://sustentabilidade.sebrae.com.br/portal/site/Sustentabilidade/menuitem.98c8ec93a7cfda8f73042f20a27fe1ca/?vgnextoid=e9bd203f95a27310VgnVCM1000002af71eacRCRD>. Acesso em: 24/07/2015

BRASIL. SENAC. Disponível em: <http://www.senac.br/>. Acesso em: 14/06/2015.

BRASIL. SESC. Disponível em: <http://www.sesc.com.br/>. Acesso em: 14/06/2015.

BRUNA, Gilda Collet; Philippi Jr, Arlindo; Romero, Marcelo de Andrade (Ed.). **Curso de Gestão Ambiental**. SP: Manole, 2004.

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL. In: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em 26/04/2015.

Estatuto dos servidores públicos do Paraná. Disponível em: <http://www.portaldoservidor.pr.gov.br/arquivos/File/estatutoservidor.pdf>. Acesso em: 24/07/2015.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na Educação**. Campinas: Papirus, 1995.

LEFF, Henrique (coord.) **A Complexidade ambiental: tradução de Eliete Wolff**. - São Paulo : Cortez. 2003.

LOURES, Rodrigo C. da Rocha. **Sustentabilidade XXI: Educar e inovar sob uma nova consciência.** Disponível em: <http://www.orbis.org.br/analise/3/sustentabilidade-xxi>. Acesso em: 10/05/2015.

_____. **Uma nova consciência.** São Paulo: Gente, 2009.

MALHADAS, Zióle Zanotto – Dupla ação: conscientização e educação ambiental para a sustentabilidade – “A agenda 21 vai a Escola” – NIMAD – Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento – Universidade Federal do Paraná – Curitiba – 1998.

MANO, Eloisa Biasotto; PACHECO, Élen Beatriz Acordi Vasques; BONELLI, Cláudia Maria Chagas. **Meio Ambiente, poluição e reciclagem.** São Paulo: Blucher, 2005.

MOLL, Jaqueline [et AL]. **Caminhos da educação Integral no Brasil (recurso eletrônico): direito a outros tempos e espaços educativos?** Porto Alegre: Penso, 2012.

PARANÁ (ESTADO). Associação dos Servidores Públicos do Paraná. Disponível em: <http://www.aspp.com.br/>. Acesso em: 10/05/2015.

PEDRINI, Alexandre Gusmão. **Paradigmas metodológicos em educação ambiental**
Petrópolis: Vozes, 2014.

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO. Política de educação integral no Brasil: ampliação de direitos para outros tempos e espaços educativos. Disponível em: http://www.biffi.com.br/img/educacao/arq_130411-135532.pdf. Acesso em: 07/05/2015.

PRONEA. Programa Nacional de Educação Ambiental. 3ª edição. Brasília: Ministério do meio ambiente/Ministério da educação, 2005.

SÃO PAULO (Estado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Núcleo de Informações em Saúde Ambiental. Disponível em: <http://www.fsp.usp.br/site/paginas/mostrar/74>. Acesso em: 24/07/2015.

ANEXO 1



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Curso de Especialização em Educação Ambiental, com ênfase em espaços educadores sustentáveis

Questionário sócio educacional, aplicado aos funcionários da Associação dos Servidores Públicos do Paraná (ASPP - Litoral), com finalidade didática.

1) Qual a sua idade?

- até 18 anos de 18 até 25 anos
 de 25 até 35 anos de 35 até 45 anos
 de 45 até 55 anos de 55 até 65 anos
 + de 65 anos

2) Qual o seu grau de escolarização?

- fundamental fase I incompleto (antigo primário)
 fundamental fase I completo (antigo primário)
 fundamental fase II incompleto (antigo 1o grau)
 fundamental fase II completo (antigo 1o grau)
 ensino médio incompleto (antigo 2o grau)
 ensino médio completo (antigo 2o grau)
 ensino superior incompleto
 ensino superior completo

3) É funcionário efetivo da ASPP ou Contratado?

- efetivo contratado

4) Trabalha em qual setor da instituição?

- operacional- Qual cargo? _____
 administrativo- Qual cargo? _____

5) Possui conhecimento de ações ambientais dentro da organização (ex. destinação do lixo {orgânico e reciclável}, economia de água e energia elétrica, campanha contra desperdício de alimentos, etc.)

- sim não

Se a sua resposta foi sim? Qual (quais) ação (ações) _____

6) Tem conhecimento sobre Educação Ambiental?
() sim () não

Se a sua resposta foi sim? Relate o conhecimento(s) _____



ANEXO2



**Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Curso de Especialização em Educação Ambiental, com ênfase em espaços
educadores sustentáveis**

Questionário sócio educacional, aplicado aos diretores e administradores da Associação dos Servidores Públicos do Paraná (ASPP - Litoral), com finalidade didática.

1) Há quanto tempo está na direção da ASPP?

- até 5 anos
- de 5 até 10 anos
- de 10 até 15 anos
- de 15 até 20 anos
- + de 20 anos

2) Qual a sua formação acadêmica?

R. _____

3) Qual a sua área de atuação dentro da instituição?

R. _____

4) Tem conhecimento de um plano de ação ambiental dentro da instituição?

R. _____

5) Existe algum tipo de divulgação por parte da instituição de Educação Ambiental, voltada para os associados?

R. _____

6) Considera a instituição sustentável do ponto de vista ambiental?

R. _____

7) Qual a sua opinião sobre as questões ambientais, dentro de uma grande instituição como a ASPP?

R. _____



ANEXO 3

O QUE O FUTURO NOS RESERVA?

Muito tem se falado nos últimos tempos sobre tragédias naturais e humanitárias ligadas a fenômenos da natureza, secas severas, terremotos devastadores, tempestades apocalípticas, enchentes catastróficas, furacões e tornados avassaladores; só para citar alguns fenômenos.

Mas o que está acontecendo para que a natureza esteja tão “revoltada”? Durante milhares de anos a humanidade interagiu com o meio natural de forma mais equilibrada. Porém mais recentemente os seres humanos resolveram explorar a natureza de forma mais intensa, econômica. A natureza e seus elementos estão sendo explorados de forma totalmente irracional, o que leva a um desequilíbrio de seus diversos elementos. Fatores como: desmatamento, contaminação e uso desmedido da água, queimadas, retirada irracional de recursos naturais, além de vários outros fatores, contribuíram e contribuem para que atualmente a natureza esteja tão devastada.

Este pequeno artigo se propõe a que, o prezado associado, faça uma reflexão ao que está acontecendo no planeta no que diz respeito ao meio ambiente pela ação de nós, seres humanos. Essa reflexão pode começar pela casa de cada um de nós. O que estamos fazendo para melhorar as condições ambientais onde moramos? Este pensamento pode se estender a outros lugares que freqüentamos, a ASPP, por exemplo; como nos comportamos em um espaço comum a muitas pessoas; e no que se refere ao meio ambiente? Estamos fazendo a nossa parte e conversando com outras pessoas sobre este assunto? Vai depender muito de nós, agirmos individualmente e coletivamente com ações e práticas que, com certeza, todos já devem ter ouvido falar; economia de água, energia elétrica, consumo consciente, produzir menos lixo, separar adequadamente o lixo, evitar desperdício de alimentos etc.

Vivemos em um planeta que está chegando ao esgotamento de vários de seus recursos naturais, alguns renováveis, outros não. O atual nível de produção e consumo de bens está impondo duras conseqüências à vida de todos os habitantes da Terra. O planeta, porém, demorará mais se recuperará e nós seres humanos, será que estaremos aqui?

A intenção deste artigo é contribuir para o despertar de uma nova consciência, uma consciência ambiental sustentável mais ampla, para o entendimento que nós e para aqueles que virão depois, habitantes, desse pequeno planeta na vastidão do universo, só temos ele, para podermos sobreviver.

O que o futuro nos reserva? Está resposta vai depender muito de nossas ações e atitudes no presente.

OS PASSOS PARA UMA EMPRESA/INSTITUIÇÃO ATINGIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- ➡ consumir menos água, pelo uso racional;
- ➡ consumir menos energia, pela redução do desperdício;
- ➡ utilizar menos matéria-prima, pela racionalização do seu uso;
- ➡ gerar menos sobras e resíduos, pela adequação do uso de insumos;
- ➡ reutilizar, reciclar ou vender resíduos, quando possível;
- ➡ gastar menos com controle de poluição.

Fonte: SEBRAE (adaptado)

Responsabilidade Social Empresarial (RSE): é a forma ética e transparente com que a empresa/instituição se relaciona com o público; e pelo estabelecimento de metas empresarias de desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades

